

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 939314 - PE
(2016/0163918-1)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

EMBARGANTE : LIBERTY SEGUROS S/A

**ADVOGADOS : MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE - PE020397
FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR -
PE023289
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS -
PE028240
PAULO JOSÉ HENRIQUE DE ALCÂNTARA -
PE029580
ANDRE BEZERRA PARMERA - PE030862**

EMBARGADO : JOSÉ FERREIRA DE MELO

EMBARGADO : LINDALVA DA SILVA NASCIMENTO

EMBARGADO : SANTANA MARIA DA CONCEICAO

EMBARGADO : SEVERINO BELO DA MATA

EMBARGADO : RAIMUNDO BARRETO DE LIMA

EMBARGADO : NECI GOMES DA SILVA

EMBARGADO : LINDALVA FELIX DA SILVA

EMBARGADO : MARIA JOSE BATISTA CAVALCANTI

EMBARGADO : MARIA BARBOSA LIMA

EMBARGADO : DAMIAO FRANCISCO BEZERRA

EMBARGADO : MARIA JOSE BATISTA CAVALCANTI

EMBARGADO : SEVERINO BATISTA DA SILVA

EMBARGADO : MARIA DE FATIMA DAS CHAGAS BEZERRA

EMBARGADO : MARIA DO CARMO DA SILVA

EMBARGADO : ELIANE MARIA MACHADO DE SOUZA

EMBARGADO : DORINETE ALVES DUTRA DE ALMEIDA

EMBARGADO : CICERA MARIA DA SILVA

EMBARGADO : CARLOS DE OLIVEIRA E SILVA

EMBARGADO : ALEXANDRA MARIA DE ALCANTARA

EMBARGADO : ALUIZIO FERREIRA DE OLIVEIRA

EMBARGADO : JOSE INACIO DA SILVA

EMBARGADO : JOSE SALVINO TEXEIRA

EMBARGADO : JOSEFA MARIA DE LIRA ALBUQUERQUE

EMBARGADO : JOSEFA TAVARES POROCA

EMBARGADO : JOCELINA PAULINA DA SILVA MENDONCA

**ADVOGADOS : ROBSON ALVES FREITAS - PE029613
RICARDO JOSÉ PARMERA SELVA E OUTRO(S) -
PE031286
CARLOS HENRIQUE LAURINDO DA SILVA -
PE027718**

EMENTA

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO
INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL -
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - ACÓRDÃO**

DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Nos termos do artigo 1.022 do CPC/15, os embargos de declaração são cabíveis apenas para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material. Verificada omissão no aresto impugnado, é impositivo o acolhimento dos aclaratórios, o que, no caso, conduz a excepcionais efeitos infringentes.

2. "Como a questão controvertida nestes autos diz respeito a tema cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro e temerário, uma vez que eventuais decisões dissonantes entre a Corte Constitucional e este Tribunal Superior gerariam insegurança jurídica e não observariam a economia processual." (EDcl no AgInt no AREsp 1195400/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019).

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para tornar sem efeito as decisões proferidas no âmbito desta Corte e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para aplicação da sistemática dos art. 1.040 e 1.041 do CPC/15. Aclaratórios de fls. 2546/2666, e-STJ não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, com efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator